

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

A TECITURA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL (1932 – 1980)

Jacy de Araújo Azevedo

UFAL

jacyufal@gmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar a sistemática do planejamento educacional no contexto brasileiro nos anos de 1932 a 1980, desde as primeiras aproximações de elaboração dos planos de educação nos contextos governamentais, até o primeiro plano reconhecido como participativo no âmbito na ditadura militar. A política de planejamento educacional se delineou neste tempo histórico (1932 – 1980), engendrada por contradições e tensões pela própria dinâmica de construção social. Nesse construto, o perfil do planejamento, evidenciado no estudo, se caracteriza por ser economicista, do ponto de vista de atendimento aos ditames do desenvolvimentismo, que ora se constituía como bandeira do progresso. Para responder a questão de como ocorreu o planejamento educacional nos anos de 1932 a 1980, utilizou-se pesquisa qualitativa e documental. Neste texto, a discussão passa no primeiro momento, por uma análise da temática no movimento dos pioneiros de 1932 e logo em seguida, trata sobre as configurações do planejamento nos anos de 1950 até 1980. Conclui-se que os planos de educação nesse recorte histórico foram pensados e vinculados ao poder econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Planejamento. Planos de Educação

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar a dinâmica do planejamento educacional nos anos de 1932 a 1980 no Brasil, buscando resgatar o percurso histórico no contexto da conjuntura econômica e da política nacional.

A agenda de planejamento sempre fez parte da dinâmica do ser humano. No âmbito educacional, se caracteriza como uma ferramenta de gerenciamento estatal, cuja complexidade vem se consolidando à medida que a atividade de planejar está vinculada a estruturas de poder e a sua materialização depende de condicionantes, sobretudo da alocação de recursos.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

De acordo com Bordenave e Pereira (2005, p.71), o planejamento educacional “[...] é o processo de abordagem racional e científica dos problemas de educação, incluindo definição de prioridades e considerando a relação entre os diversos níveis do contexto educacional”. Em decorrência das demandas educacionais, o planejamento se constitui mecanismo de organização e direcionamento das ações propositivas.

O estudo sobre planejamento educacional em seu percurso histórico, se faz necessário no sentido de evidenciar os avanços e retrocessos da implantação dessa política pública. Nesse sentido, a questão que norteou essa pesquisa foi: Como ocorreu o planejamento educacional nos anos de 1932 a 1980? Entendendo a importância de compreender as nuances que circundaram o planejamento educacional no Brasil, utilizou-se pesquisa qualitativa e documental, no que tange ao ponto de vista metodológico. Os documentos mobilizados para balizar o artigo foram as legislações, tais como: os Planos Nacionais, o Manifesto dos Pioneiros, as Constituições e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação. No campo teórico, os estudos de Saviani (1999, 2010), Horta (1997), Teixeira (1969), Silva (2010), Tiryakian (1967), Oliveira (1955), e Azevedo (2014), contribuíram para a análise dos meandros do planejamento educacional de 1930 a 1980, evidenciando que o desenho do planejamento nesse percurso histórico, esteve sempre vinculado ao economicismo, com perfil técnico e burocrático, e pouca materialidade no campo educacional.

Este texto está delineado em dois momentos. No primeiro, analisa as primeiras aproximações históricas acerca do planejamento educacional, destacando o movimento dos Pioneiros da Educação; no segundo, explicita as configurações do planejamento da década de 1950 a 1980. Conclui-se que, o estudo da história do planejamento educacional é de fundamental importância para se entender a sua construção na atualidade.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

2 AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO EM 1932

Com o lema de reconstrução da educação nacional, o manifesto de 1932 tinha como foco uma reestruturação na política educacional brasileira. Nesse contexto, o planejamento educacional começou a ser pensado e desenhado no movimento dos Pioneiros da Educação. A ideia do Manifesto era que a educação iria influenciar diretamente na reconstrução social, tendo em vista que essa organização educacional contemplaria desde os níveis mais elementares da educação até a organização das universidades. Nessa lógica, os Pioneiros defendiam que a educação fosse de fato obrigatória, gratuita para alcançar os mais variados sujeitos sociais, e que também fosse laica, tendo em vista que naquele momento histórico, a igreja intervia diretamente nas questões educacionais e sociais. O entendimento dos Pioneiros era que essa reconstrução traria para centralidade educacional a escola pública de qualidade.

O raciocínio então, era que não se podia pensar em desenvolvimento da nação, tanto no seu aspecto social, econômico e político sem ser pelo viés da reconstrução da educação. Entendia-se que, educação era deveras importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo para superar a grande problemática daquele momento que era o alto índice de analfabetos. Um dos desafios seria de fato tornar a educação nacional acessível a todos, tanto no sentido de ampliação de vagas, quanto a sua gratuidade.

O Manifesto era o documento que nortearia as questões da reconstrução da educação, o qual apresentava um arcabouço organizacional, reconhecendo que o mesmo se tratava de um plano educacional. O ideário de Plano nos Pioneiros era “entendido como um instrumento de racionalidade científica no campo da educação em consonância com o ideário escolanovista” (SAVIANI, 2010, p.75). Tendo como objetivo apresentar diretrizes por meio de um documento, o Manifesto se caracterizou

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

por trazer ações que estruturasse o sistema educacional nacional, bem como, fomentar reflexões e no contexto das políticas públicas educacionais.

De fato, eles queriam naquele momento trazer um plano que não houvesse mais essa dualidade, e que a educação fosse única onde todos tivessem acesso a todos os graus de instrução. Entende-se que, a questão de se ter um sistema de ensino organizado e que atendesse aos interesses da educação nacional, era uma prioridade na proposta de reconstrução, e nesse sentido o manifesto apresenta uma estrutura do plano educacional.

A estrutura do plano educacional corresponde, na hierarquia de suas instituições escolares (escola infantil ou pre-primaria; primaria; secundaria e superior ou universitaria) aos quatro grandes periodos que apresenta o desenvolvimento natural do sei humano, E' uma reforma integral da organização e dos metodos de toda a educação nacional, dentro do mesmo espirito que substitue o conceito estático do ensino por uni conceito dinamico, fazendo um appello, dos jardins de infanda á Universidade, não á receptividade mas á actividade creadora do alumno. (AZEVEDO, 1932, p. 417).

O Plano de Reconstrução não era só uma reforma estrutural que se estava propondo, embora a organicidade da educação brasileira estivesse desarticulada e fragmentada, a proposta era uma transformação em âmbito geral. Essa reorganização contemplava desde mudanças metodológicas, a formação docente, a responsabilização do Estado pela educação de forma integral, até as questões de valorização do aluno. O documento tratava da formação integral do aluno, contemplando, tanto o âmbito da cognição, trazendo-o para o centro da aprendizagem, mas também no sentido de valorizá-lo enquanto sujeito social e histórico, considerando assim, o seu desenvolvimento psicossocial. (AZEVEDO, 1932).

Esse plano, apesar das excelentes expectativas de mudança do cenário educacional brasileiro, não conseguiu cumprir o seu objetivo. Entretanto, esse movimento deixou como saldo positivo, a inclusão do artigo 150 da Constituição Brasileira de 1934, a qual estabeleceu como competência da União, fixar o

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

estabelecimento de um Plano Nacional da Educação, bem como coordenar e fiscalizar sua realização no país.

3 AS CONFIGURAÇÕES DO PLANEJAMENTO DA DÉCADA DE 1950 A 1980

A década de 1950 e 1960 foi marcada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Foram anos de muita efervescência do desenvolvimentismo político, econômico, e marcados por influências internacionais. Trazendo como base o desenvolvimentismo da nação e com aceleração de implantação das indústrias, o governo de Juscelino Kubitschek (JK) se pautava em uma política de planejamento estatal.

Nesse aspecto, JK cria o Plano de Metas (PLAME) cujo objetivo era geração de empregos com o objetivo que houvesse o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Esse Plano foi lançado em 1955 e intitulava-se como “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento”.

Para Oliveira (1955, p.15), “A ideia do Plano Nacional de Desenvolvimento é acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades reprodutivas”. Nesse sentido, Oliveira (1955, p.21) diz que:

Para atingir a essas finalidades, devem ser atacados os seguintes objetivos primários: 1) Expansão dos serviços básicos de Energia e Transportes; 2) Industrialização de Base; 3) Racionalização da Agricultura; 4) Valorização do Trabalhador; 5) Educação para o Desenvolvimento; 6) Planejamento Regional e Urbano.

Apesar de ser alocado como uma das finalidades do PLAME, o qual possuía trinta (30) metas, as quais se desdobravam em projetos específicos, o setor de educação tinha apenas 3,4% dos investimentos, o qual prefigurava o menor percentual, destinados ao projeto desenvolvimentista, e esse investimento era para a formação de pessoal técnico. (LAFER, 1970).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

De todos os cinco setores contemplados no PLAME, a educação era o único que tinha apenas uma meta. Essa meta deixava claro que o principal objetivo deste plano em relação à educação, era formar técnicos, ou seja, mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Ao analisar a educação no contexto de um país em pleno desenvolvimento político e econômico, colocar apenas a formação profissional de técnicos como prioridade e desprender o menor percentual de investimento reforça a ideia de que não houve um estudo profundo sobre as reais necessidades educacionais da nação. O Plano de JK não prioriza a educação no sentido mais amplo e o tema Planejamento Educacional não faz parte da agenda desse governo que se destacou por ter como tônica o planejamento.

No Brasil, em 20 de dezembro de 1961 é sancionada pelo então presidente João Goulart a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a 4.024/61, a qual foi organizada em 120 artigos. Esse instrumento normativo durou 13 anos para ser aprovado e foi considerado ultrapassado. Acerca do planejamento educacional, aparece a ideia de um plano para a educação: “TÍTULO XII- Dos Recursos para a Educação [...] § 2º O Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo. [...]”. Nessa lógica, o planejamento educacional estava vinculado a um caráter economicista, voltado para distribuição de recursos financeiros.

O Plano Nacional foi organizado em 1962 com metas qualitativas e quantitativas cujo prazo para alcança-las era de oito anos, cujo ministro da Educação era Darcy Ribeiro e o relator do plano era Anísio Teixeira.

As metas organizavam-se “numa primeira parte, traçar as metas para um plano nacional de educação e, numa segunda parte, estabelecer as normas para a aplicação dos recursos correspondentes aos Fundos do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Superior”. (SAVIANI, 2010, p.210). Cumprindo o seu objetivo de ser um plano para normatizar os gastos públicos com a educação, o título do documento já deixa claro tal feito denominando-o de “Plano Nacional de Educação referente aos fundos

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

nacionais de ensino primário, médio e superior”. Por isso “o conceito de plano já assume o significado estrito de forma de aplicação de determinado montante de recursos financeiros”. (SAVIANI, 1999, p. 128). Ter um Plano naquele momento ainda que no formato economicista, representava uma grande conquista para a educação nacional.

Em 1964 ocorre o início de um novo regime político conhecido como regime militar e quem assume o poder é uma junta de militares, sendo naquele momento instituído o chamado golpe militar que vai ficar no poder até 1985. Cabe-nos saber quais foram os impactos deste novo momento na educação brasileira, sobretudo no planejamento educacional.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964 um novo projeto de sociedade estava estabelecido. O regime militar foi marcado como sendo um governo com forte tônica no planejamento, sobretudo o socioeconômico.

O tema Plano de Educação aparece na CF de 1967 apenas no Capítulo II e Art. 8º - Compete à União: “XIV – estabelecer planos nacionais de educação e de saúde[...]”. Essa Constituição não especificou quem seria responsável pela sua elaboração, ficando então a cargo do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA).

O então General Castelo Branco, presidente do Brasil, com os militares, criam o chamado Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico através do Decreto n.º 57 464 em 1967–1976, cujo objetivo era traçar diretrizes para o desenvolvimento econômico nacional. De acordo com o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES, 1966, p. 63):

A eficácia da assistência técnica, em qualquer de suas esferas de ação, exige uma programação integrada no plano de educação (e treinamento) do país, o qual, por sua vez, deve basear-se também nas diretrizes fixadas para a absorção de mão-de-obra, nos diversos níveis de qualificação.

Neste contexto, fica claro que o planejamento da educação teve como finalidade qualificar mão-de-obra para o expansionismo econômico. Esse projeto de

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

um novo modelo de educação posto pelo PDES, é caracterizado por um perfil tecnicista, de forte apelo a formação técnica para o trabalho.

Ao analisar o planejamento educacional na conjuntura do governo militar, pode-se dizer que este período foi marcado por três planos chamados de Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC). O contexto histórico dos PSECs está intrinsecamente ligado aos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (PND).

Os PSECs são desdobramentos dos PNDs, e obedecem a mesma lógica economicista e tecnocrata. Para Azevedo (2014, p. 269) “Nos dois primeiros governos militares, a educação, a exemplo de outras políticas setoriais, foi planejada nos documentos norteadores da política econômica. [...]”. Ora, a sedimentação do planejamento educacional sempre esteve vinculada ao economicismo, produzindo assim, políticas educacionais que validassem e fortalecessem o projeto governamental. Entende-se que o planejamento nesta perspectiva, teve como objetivo vincular o setor educacional ao econômico.

O I PSEC (1972-1974) era um plano trienal que trazia em seu bojo, a educação como ferramenta de crescimento econômico-social de modo a instrumentalizar o sistema produtivo. A lógica desse plano era diminuir o número de analfabetos, estancar a grande quantidade de reprovados e evadidos, qualificar técnicos de nível médio, agilizar a reforma universitária e linchar o desenvolvimento global a educação, a pesquisa e a tecnologia. (BRASIL, 1971). Nesse sentido, esse plano tinha como finalidade robustecer o discurso desenvolvimentista de que a educação era fator preponderante para a formação de sujeitos produtivos.

O II PSEC (1975-1979), esse teve duração de 5 anos contemplando as áreas de inovação e renovação; recursos humanos; estrutura física; o planejamento e administração. Para a elaboração do II PSEC, foi feita uma avaliação do plano anterior e se percebeu que a maioria das ações não teria sido cumprida, sobretudo, as que tratavam da superação do analfabetismo. Para o Germano (2011, p. 233) “o II PSEC continuava a expressar uma visão tecnicista, despolitizante – inspirada na “teoria do

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

capital humano” – e tinha em vista um interlocutor abstrato e indeterminado: o homem brasileiro, [...]”. A crítica feita por Germano (2011) ao plano, era que o mesmo não trazia no seu bojo a questão do exercício da cidadania. Pode-se dizer que o desenho deste plano, pouco se diferenciou do primeiro, no sentido de ser organizacionalmente técnico, entretanto, houve enfoque no campo social e humanístico.

O III PSECD (1980-1985), surge como desdobramento do III PND, nascendo no contexto de crises econômicas e sociais, e tem características diferentes dos primeiros PSECs. Traz o acréscimo do termo “Desporto” ficando Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto. O documento deixa claro que “visa consubstanciar medidas operacionais decorrentes dos documentos básicos do MEC: Política Nacional Integrada da Educação, Política Nacional de Educação Física e Desportos e Política Nacional de Cultura”. (BRASIL, 1975, s.p.) O plano traça, linhas prioritárias para a educação, as quais foram: A educação do campo; o atendimento educacional nas periferias urbanas, sobretudo a pré-escola, o de 1º e 2º graus e o supletivo; prestigia a questão do desenvolvimento cultural, enfatizando a criatividade e as atividades culturais; e a valorização dos recursos humanos. Este último, tido como elemento preponderante no atendimento das linhas anteriores, pois, incluía questões salariais e formação de profissionais para trabalhar com a educação. (III PSECD, 1980).

De acordo com Ferreira e Fonseca (2011, p. 75), “Sua elaboração deu-se por um processo de planejamento participativo, congregando entidades acadêmicas e representativas do setor educacional, além de pessoal técnico das administrações estaduais e municipais”. Desse modo, o III PSECD, na sua elaboração, pode ter sido considerado um plano descentralizado no sentido de ter sido discutido e proposto por movimentos sociais de bases.

Pode-se dizer que o Planejamento no contexto no Regime Militar teve um perfil tecnocrata economicista, voltado para a formação do capital humano, e a “ideia de plano se converte num instrumento de racionalidade tecnocrática consoante à

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

concepção tecnicista de educação” (SAVIANI, 1999, p. 128-129). Em 1985 se encerra o ciclo governamental militar, e em 1986, teve-se início a Nova República com eleição indireta de Tancredo Neves para presidente no Colégio Eleitoral, que posteriormente veio a falecer, assumindo assim, o seu vice José Sarney.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do planejamento educacional no contexto brasileiro se deu a partir da implantação do modelo jesuítico, o qual foi importado de Portugal e tinha como objetivo catequisar os povos indígenas. Historicamente, o planejamento educacional se caracterizava por estar frequentemente vinculado a planos de desenvolvimento econômico, tornando-o, em tese, fundamental para o desenvolvimento da nação.

A criação de vários modelos de planos desde o Brasil República até o Regime Militar evidenciou o aspecto burocrático e tecnocrático de cada um deles, mostrando assim, a sua adequação a um projeto economicista, voltado para a produtividade. O desenho de um plano pensado a partir de um processo democrático, deu-se a partir do Movimento dos Pioneiros da Educação em 1932. Entretanto, apesar dos ganhos educacionais e legais, os planos continuaram sendo pensados a partir da lógica do desenvolvimentismo econômico.

No Regime Militar, o planejamento educacional foi potencializado pela criação de vários planos de desenvolvimento político-econômico, os quais se desdobravam em planos setoriais educacionais. O projeto educacional desse regime, confluía com um forte controle estatal, valorado pelo exercício de poder, contribuindo assim, para uma intensa burocratização da educação. Após dois planos educacionais setorializados, em 1980, surge o terceiro plano, cuja elaboração se deu com a participação da sociedade civil, que durou até 1985, quando findou o domínio militar. Esse plano foi tido uma conquista e significativo para a sociedade, pois os demais eram sempre instituídos de

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 ON-LINE

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

cima para baixo. Embora, começasse se vislumbrar transformações na política, e de se ter conquistado um plano participativo, o desafio para pôr em prática ainda era muito grande, sobretudo pelos desafios econômicos que o Brasil enfrentava.

Assim, a tecitura do planejamento educacional brasileiro, serve como pano de fundo para se analisar e entender o movimento de construção da identidade dos planos de educação. O contributo deste estudo aponta para a reflexão da importância do conhecimento desse momento histórico na evolução do planejamento da educação nacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. In: Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 17/04/2018.

AZEVEDO, J. M. L. Plano Nacional de Educação e planejamento. A questão da qualidade da educação. **Revista Retratos da Escola**, v. 8, nº 15, p. 265-280, jul./dez. 2014.

BRASIL. **Lei nº5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau. DOU, de 12.8.1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/05/2018.

_____. Ministério da Educação. **Plano setorial de educação e cultura**. 1972/1974. Brasília, DF: MEC, 1971.

_____. Ministério da Educação. **II Plano setorial de educação e cultura**. 1975/1979. Brasília, DF: MEC, 1974.

_____. Ministério da Educação. **III Plano setorial de educação, cultura e desporto**. 1980/1985. Brasília, DF: MEC, 1982.

BORDENAVE, D. R. PEREIRA, M. A. **Estratégias de Ensino aprendizagem**. Petrópolis. Vozes; 2005. p.71-132.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. **O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais.** In: Perspectiva, Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

GERMANO, J. W. **Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985).** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAFER, C. **O planejamento do Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961).** In: LAFER, B. (Org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 29-50.

MEC. **Plano decenal de desenvolvimento econômico e social educação II.** Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me000664.pdf>. Acesso em: 12/02/2019

OLIVEIRA, J. K. **Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento.** [s. l.: s. n.], 1955.

SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 69, p.119-136, dez. 1999.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-392, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. “Escolas de educação.” **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v.51, n. 114, abr./jun. 1969. p. 239-259.

TIRYAKIAN, E. A. Alguns Aspectos Negativos da Educação de Massa nos Países Subdesenvolvidos. In: Planificação da Educação e seus Problemas Econômicos e Sociais. Trad. Frederico de Barros Brotero. São Paulo: **Publicações do Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho/MEC/INEP**, 1967, p. 220-236.